

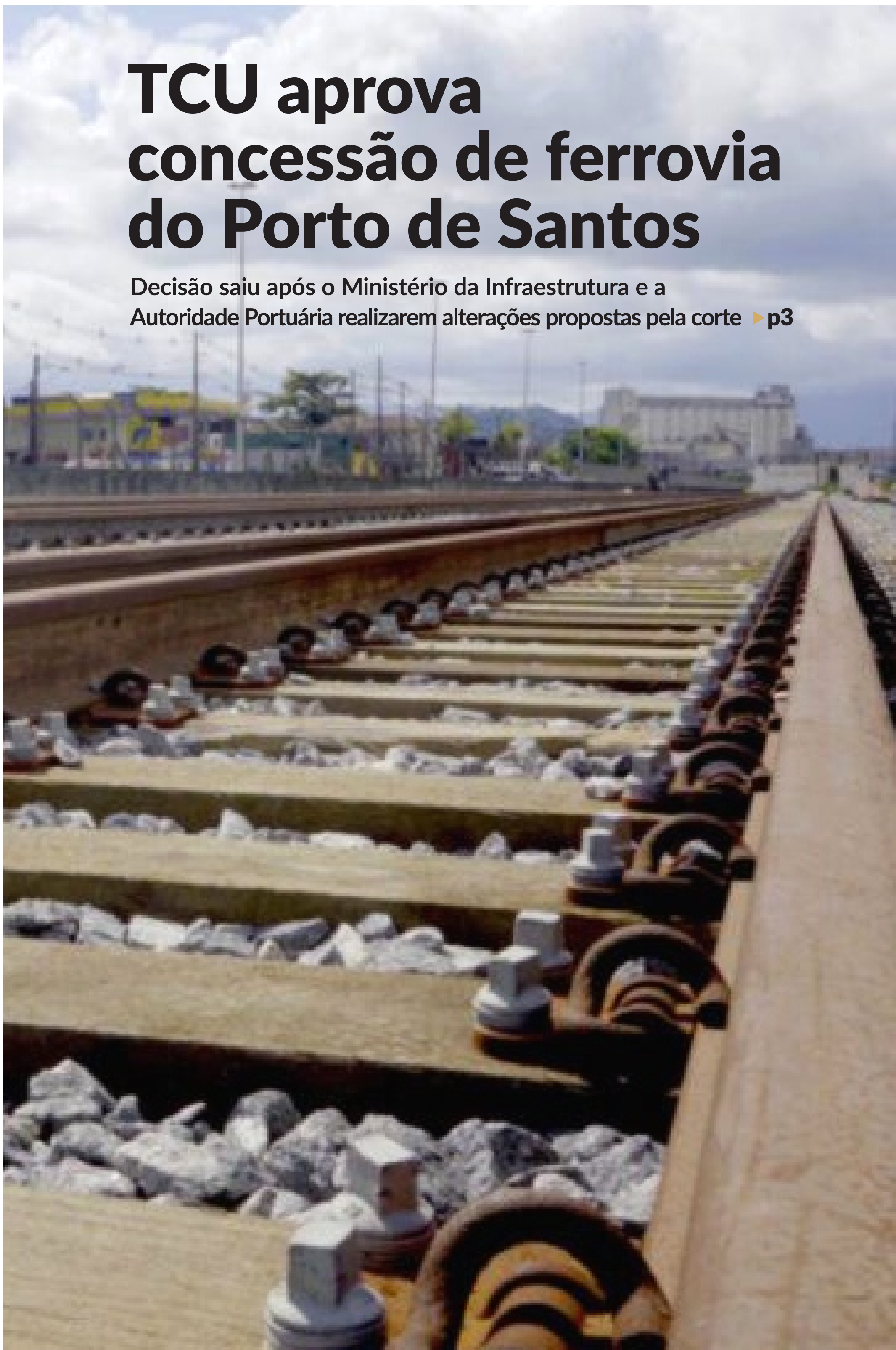
COMBUSTÍVEIS Presidente da Câmara faz manobra para acelerar tramitação da PEC ▶ **p4**

SUDESTE MRS espera renovar concessão da Malha Sudeste neste mês ▶ **p5**

ELETROBRAS Ministro da Infraestrutura garante que privatização não tem retorno ▶ **p8**

TCU aprova concessão de ferrovia do Porto de Santos

Decisão saiu após o Ministério da Infraestrutura e a Autoridade Portuária realizarem alterações propostas pela corte ▶ **p3**



EDITORIAL

Fips liberada

FOTO
Divulgação/SPA

NESTA EDIÇÃO



- ▲ **CAPA**
3 Tribunal de Contas da União aprova desestatização da Fips

- HUB**
3 Próxima temporada de cruzeiros no Brasil será a maior dos últimos dez anos, segundo projeções da Clia

- NACIONAL**
4 Presidente da Câmara faz manobra para acelerar tramitação da PEC dos Combustíveis

Rodrigo Pacheco convoca reunião do Congresso para esta sexta-feira

- REGIÃO SUDESTE**
5 MRS aguarda data para renovar concessão da Malha Sudeste até 2056
6 Aos 9 anos, DP World Santos planeja expansão e diversificação de cargas
7 Inscrições para o Porto Hack Santos se encerram no próximo dia 11

- INTERNACIONAL**
8 Ministro da Infraestrutura garante que privatização da Eletrobras não tem retorno

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, ontem, o processo de desestatização da Ferrovia Interna do Porto de Santos, também conhecida pela sigla Fips. O aval foi obtido depois de o Ministério da Infraestrutura e a Santos Port Authority (SPA, a Autoridade Portuária de Santos) atenderem pedidos da Corte e realizarem mudanças no procedimento. Uma delas trata da definição adequada de regras de rateio de custos e investimentos entre associados investidores, associados não investidores e eventuais operadores ferroviários não associados. Outra mitiga o poder decisório pelo operador ferroviário responsável pelo maior volume de carga na Fips.

A proposta da SPA para a gestão de sua ferrovia interna é reunir todas as operadoras ferroviárias que acessam o complexo marítimo - no caso, Rumo, VLI e MRS - para essa função. Elas vão formar uma associação sem fins lucrativos e dividir custos e investimentos para gestão, manutenção e expansão da Fips. Essa futura entidade já será responsável, por exemplo, pelo programa de expansão e melhorias da malha ferroviária do Porto, que irá ampliar a capacidade de transporte dessas linhas de 50 milhões para 115 milhões de toneladas por ano, a fim de atender às movimentações futuras.

Com o aval do TCU, o Ministério e a Autoridade Portuária de Santos ficam liberados para dar continuidade ao processo de concessão da Fips, previsto para ser concluído ainda este ano. A medida é importante para o desenvolvimento do complexo marítimo, uma vez que estudos projetam uma crescente movimentação de cargas para o cais santista, mercadorias que, em sua maioria, devem acessar os terminais por trem. E, atualmente, a utilização da malha ferroviária do Porto está próxima de sua capacidade operacional.

É urgente investir na malha ferroviária do Porto de Santos e prepará-la para as demandas operacionais previstas para os próximos anos. Com a decisão do TCU, o projeto Fips está liberado para avançar. Que, enfim, seja implantado, com condições de investir e ampliar a malha. O futuro - mesmo a curto prazo - do setor portuário passa essencialmente pelos trilhos e isso está bem claro no cais santista.



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Avenida Senador Pinheiro Machado, 22, Sala 12,
Santos, São Paulo
11075-000, BR

www.portalbenews.com.br

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Equipe de reportagem
Bárbara Farias, Vanessa Pimentel
e Tales Silveira

Design Gráfico
Mônica Mathias

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

Entre em contato pelo e-mail publicidade@portalbenews.com.br



LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Cruzeiros 1

A próxima temporada de cruzeiros marítimos no Brasil será a maior dos últimos dez anos, ou seja, ultrapassando o movimento pré-pandemia, segundo projeção da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil). De acordo com a entidade, de 29 de outubro próximo a 20 de abril de 2023, oito navios vão escalar pelo litoral brasileiro, realizando 160 roteiros na costa do País e com uma oferta de 674 mil leitões no total. Também estão previstas mais 35 embarcações de longo curso, que vão passar pelo País apenas para escalas pontuais.

Cruzeiros 2

Os oito navios com roteiros pela costa do Brasil - Costa Firenze, Costa Fortuna, Costa Favolosa, MSC Armonia, MSC Musica, MSC Fantasia, MSC Seashore e MSC Seaview - vão escalar regularmente nos portos de Itajaí (SC), Maceió (AL), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Santos (SP). E ainda irão até Buenos Aires (Argentina), Montevideú e Punta del Este (ambos no Uruguai), entre outros complexos marítimos. Serão 486 escalas em 17 localidades.

Paranaguá

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) ampliou o prazo para consulta pública do processo de arrendamento das áreas PAR15 e PAR14, no Porto de Paranaguá (PR). Agora, o público poderá apresentar suas contribuições até as 23h59 de 28 de setembro. As duas são voltadas à movimentação e à armazenagem de granéis sólidos vegetais. As audiências públicas foram agendadas para os dias 14 (PAR15) e 21 (PAR14) de setembro.

ICMS

Ao menos 20 estados já reduziram suas alíquotas de ICMS sobre combustíveis. Os últimos foram os governos do Ceará e do Amazonas na última segunda-feira. São Paulo foi o primeiro, diminuindo de 25% para 18%.

Hidrogênio Verde

A petrolífera Shell anunciou ontem a construção de uma mega usina de hidrogênio no Porto de Roterdã, que deve se tornar a maior instalação produtora de hidrogênio da Europa quando iniciar sua produção em 2025. Denominado Holland Hydrogen I, a unidade terá sua energia fornecida por um recém-lançado parque eólico na costa do país.

Tribunal de Contas aprova desestatização da Fips

Gestão privatizada terá de ampliar a capacidade de transporte da malha de 50 milhões para 115 milhões de toneladas por ano

Divulgação/SPA



▲ A estimativa de investimentos para a Ferrovia Interna do Porto de Santos é de R\$ 920 milhões

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o processo de desestatização da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips). A decisão foi tomada durante a sessão plenária da corte realizada na quarta-feira (6).

De acordo com o parecer do ministro relator, Antônio Anastasia, tanto o Ministério da Infraestrutura (Minfra) quanto a Santos Port Authority (SPA, a Autoridade Portuária de Santos) realizaram alterações propostas pelo TCU. A principal tratava da definição adequada de regras de rateio de custos e investimentos entre associados investidores, associados não investidores e eventuais operadores ferroviários não associados.

“Observo que a SPA e o Minfra realizaram aprimoramentos na modelagem originalmente encaminhada ao TCU, de forma que as alterações já introduzidas aos estudos comportam benefícios efetivos. São eles: os ajustes na fórmula de rateio dos associados investidores e a mitigação de poder decisório pelo operador ferroviário responsável pelo maior volume de carga na FIPS”, disse.

O Porto de Santos (SP) é um ponto de convergência de

diversas concessões ferroviárias. Todas são operadas por três empresas (Rumo, VLI e MRS). Portanto, o edital irá prever a formalização de uma associação sem fins lucrativos entre operadores ferroviários com acesso ao Porto. Em regime de gestão compartilhada, eles irão ratear os custos e investimentos para gestão, manutenção e expansão da Fips.

A criação da associação tem como justificativa o fato de que estes operadores teriam incentivos para priorizar a eficiência operacional ao invés da lucratividade, a fim de que sejam realizados os investimentos necessários de forma a evitar gargalos logísticos na entrada do Porto.

Segundo Anastasia, o modelo foi incentivado pelo TCU, já que se baseia numa gestão da operação das vias férreas do Porto, que atualmente é compartilhada entre as concessionárias de ferrovias que operam na região.

Atualmente a capacidade de movimentação de carga da ferrovia interna é de 50 milhões de toneladas por ano. Mas será necessário atingir 115 milhões de toneladas/ano para atender às movimentações futuras das concessionárias que acessam o Porto de Santos. De forma a garantir esta capacidade, a modelagem estabeleceu investimentos mínimos a serem realizados em até cinco anos, que serão detalhados na seção

do edital sobre garantia de aumento e manutenção de capacidade.

Uma série de obras está prevista na ferrovia, como a remodelação do pátio ferroviário de Conceiçãozinha, o acesso ferroviário da Ilha Barnabé e o Pátio do Macuco (cluster de celulose). A estimativa de investimentos está em R\$ 920 milhões.

Sem monopólio

O Ministério da Infraestrutura também acatou outra preocupação do TCU em mitigar um possível monopólio caso apenas uma operadora ferroviária interessada seja admitida no chamamento público. Foi adicionada uma cláusula na minuta de contrato de forma que permita a cessão de uso da ferrovia pelo prazo máximo de dois anos, mantidas as premissas da modelagem, principalmente de forma a “privilegiar a eficiência na operação, e não a lucratividade”

O tribunal também determinou que tanto a SPA, quanto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) divulguem o termo aditivo do convênio. A ideia é deixar clara as competências e áreas de atuação das duas reguladoras e da autoridade portuária na fiscalização da Fips “de forma que preveja a condução dos possíveis processos administrativos sancionadores”.

NACIONAL

Presidente da Câmara faz manobra para acelerar tramitação da PEC dos Combustíveis

Junção dessa proposta de emenda com a dos Biocombustíveis vai permitir que sejam votadas antes do recesso parlamentar

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), juntou na terça-feira (5) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 1/2022 – a PEC dos Combustíveis – à PEC 15/2022, conhecida como PEC dos Biocombustíveis.

A tática possibilitou que as duas propostas, agora batizadas de PEC dos Benefícios, tenham uma tramitação conjunta. De acordo com o regimento interno da Casa, uma PEC precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que analisa se o texto do projeto está de acordo com os princípios constitucionais. Como a PEC dos Biocombustíveis já passou pela CCJ, o pensamento evita que a outra PEC precise também passe por esta comissão.

Agora ambas as propostas tramitarão pela Comissão Es-



O relator da PEC dos Benefícios fez a leitura do parecer da PEC dos Benefícios sob fortes protestos dos opositores

pecial já instalada no dia 21 de junho para a PEC dos Biocombustíveis. Nesta terça-feira (5), o relator Danilo Forte (União-CE) leu seu parecer sobre a proposta.

A votação da PEC só poderá acontecer na Comissão Especial após cinco sessões, que são contabilizadas de maneira diferente das sessões de Plenário, não podendo, portanto, ser encerradas e abertas no mesmo dia. Depois, a proposta segue para análise do plenário da Câmara.

Danilo Forte não fez alterações de mérito em nenhuma

das duas PECs. Apenas juntou as duas propostas. Se fizesse mudanças, a nova PEC dos Benefícios precisaria voltar para o Senado.

A PEC dos Benefícios prevê o reconhecimento do estado de emergência em 2022 e um pacote de R\$ 41,25 bilhões em auxílios fora do teto de gastos a três meses das eleições.

O texto cria um auxílio de R\$ 1 mil a caminhoneiros e outro ainda sem valor definido a taxistas. Além disso, amplia o Auxílio Brasil para, ao menos, R\$ 600 mensais e o vale-gás

para cerca de R\$ 120 a cada dois meses, entre outros pontos. Essas medidas seriam válidas até 31 de dezembro deste ano.

Adiamento

A manobra praticada pelo relator, com apoio do presidente da Câmara, irritou deputados opositores. Na madrugada de quarta-feira (6), durante a reunião da Comissão Especial que analisa a agora PEC dos Benefícios, diversos parlamentares criticaram a condução dos trabalhos.

A comissão se reuniu na

noite de terça-feira e, logo no início, o relator apresentou o seu parecer sob protestos. Opositores alegaram desrespeito ao regimento interno e disseram que ainda tinham direito de discursar.

Logo após a leitura do relatório, deputados entraram com pedido de vista do processo. Contudo, a presidente da Comissão, deputada Celina Leão (PP-DF), validou o pedido antes da meia-noite.

A ação irritou ainda mais os opositores, que tentaram obstruir a discussão e a eventual votação da proposta. Durante o debate, os opositores justificaram que não houve tempo para analisar o texto da PEC dos Combustíveis na comissão, uma vez que foi anexado à PEC dos Biocombustíveis.

Como o pedido de vista foi acatado pela presidência antes do fim do dia, há a possibilidade de que a PEC dos benefícios possa ser votado nesta quinta-feira (7), mas a oposição promete dar entrada em recursos contra a votação.

Rodrigo Pacheco convoca reunião do Congresso para sexta-feira

Entre os vetos em pauta que impedem a votação de outros itens, está o do Marco das Ferrovias

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), marcou sessão do Congresso Nacional para esta sexta-feira (8). O objetivo é limpar o restante dos vetos que impedem a pauta de avançar enquanto não forem votados.

Na sessão realizada na última terça-feira (5), senadores e deputados conseguiram chegar a um acordo em diversos vetos presidenciais. Contudo, alguns continuam sem definição, como o veto 67/21, que trata do Marco das Ferrovias. A norma permite que novas ferrovias possam ser projetadas, desenvolvidas e operadas por empresas privadas por meio de autorização, ou seja, sem a necessidade de licitação.

O veto em questão está no parágrafo 11 do artigo 64, que

trata da possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de ferrovias. O artigo possibilita que a concessionária possa pedir a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro quando provar desequilíbrio em razão da entrada de alguma ferrovia nova como concorrente, construída dentro de sua área de influência por meio de autorização.

O reequilíbrio poderá ser feito com redução do valor de outorga, aumento do teto tarifário, fim da obrigação de investimentos e ampliação de prazo.

O veto segue sem acordo dentro do próprio governo. O Ministério da Infraestrutura segue sem convencer o Ministério da Economia a permitir o dispositivo, impedindo uma movimentação uniforme da base no Congresso. Caberá então às concessionárias de ferrovias, que desde a sanção do veto vêm trabalhando pela derrubada do veto, convencer



Divulgação/PPI

Vetos ao Marco das Ferrovias continuam travando a pauta de votações do Congresso Nacional

Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o Congresso Nacional deverá derrubá-lo. A afirmação aconteceu durante o seu discurso na cerimônia de posse da nova presidente da Caixa, Daniella Marques. “Vamos derrubar um veto no Congresso que é da compensação”.

Os itens vetados previam compensação financeira para os estados, que podem sofrer perda de arrecadação com o tributo. Em sua justificativa, o Executivo afirma que a medida é desnecessária, uma vez que, nos últimos dois anos, “foi observada melhora significativa na situação fiscal de estados e municípios”.

Disse o texto: “A melhora dos resultados primários dos governos regionais resultou em um acelerado acúmulo de ativos financeiros, que alcançou o valor de R\$ 226 bilhões em abril de 2022”.

os parlamentares sobre a questão.

ICMS dos Combustíveis

Diferentemente do Marco das Ferrovias, outros vetos que ainda não impedem o avanço da pauta não deverão ser analisados. É o caso do veto 30/2022 sobre a Lei 14.368, que flexibiliza regras do setor aéreo. O dispositivo, que não fazia parte do texto da Medida Provisória e foi acrescentado por emenda na Câmara dos Deputados, proíbe a cobrança

de uma primeira bagagem despachada com até 23 quilos em voos domésticos e 30 quilos em voos internacionais.

Outro que também não deve ser analisado é o veto 36/2022 sobre pontos da Lei Complementar 194 de 2022, que limita a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo.

Sobre este último veto, o presidente da Câmara dos

REGIÃO SUDESTE

MRS pretende renovar concessão da Malha Sudeste neste mês

Com a prorrogação do contrato, companhia investirá R\$ 9,6 bilhões em infraestrutura ferroviária

Divulgação/MRS



A MRS Logística atua nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e possui uma malha com 1.686 km de extensão

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

A MRS Logística poderá renovar a concessão da Malha Sudeste, que interliga os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, ainda neste mês. A renovação antecipada do contrato já recebeu aval do Tribunal de Contas da União (TCU) e o conselho da companhia já aprovou o termo aditivo, faltando apenas a assinatura.

O contrato atual foi firmado em 26 de novembro de 1996, para a exploração de trecho ferroviário de 1.686 quilômetros, interligando os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Por esta malha, a MRS transporta carga geral e contêineres com destino aos portos fluminenses e ao de Santos (SP). Com a

renovação antecipada do contrato, que só venceria em quatro anos, a MRS Logística poderá explorar a Malha Sudeste por mais 30 anos, até 2056.

Segundo comunicado da MRS, o Plano de Investimentos da companhia para a renovação antecipada do contrato de concessão foi aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no dia 1º de junho. O TCU é uma das últimas instâncias de análise do documento, que já havia sido aprovado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e chancelado pelo Ministério da Infraestrutura (Minfra). Agora, a ANTT realizará uma revisão final do processo e, na sequência, a MRS poderá assinar o novo contrato de concessão, previsto para este terceiro trimestre do ano.

De acordo com a companhia, a renovação da concessão da MRS Logística representará, ao todo, R\$ 9,6 bilhões em investimentos estruturantes ao longo dos próximos anos. Esse valor é

**EM 2021,
A MRS
TRANSPORTOU
PARA O PORTO
DE SANTOS (SP)
51 MILHÕES DE
TONELADAS
E ESTIMA
AMPLIAR
ESSE VOLUME
PARA 109 MILHÕES
DE TONELADAS
ATÉ 2056**

composto pela outorga da nova concessão, que será convertida em investimentos (R\$ 4,2 bilhões) somado a mais R\$ 5,4 bilhões a serem investidos na ampliação de capacidade para atendimento ao crescimento de demanda previsto e aos novos parâmetros de desempenho.

"Com os investimentos previstos na nossa renovação, vamos elevar ainda mais o nível da nossa excelência, entregando logística de primeiro mundo para os nossos clientes e, por consequência, reduzindo o custo Brasil e garantindo toda a capacidade ferroviária necessária aos portos que acessamos", afirmou o presidente da MRS Logística, Guilherme Segalla de Mello.

Conforme a MRS, com a renovação, a companhia pretende diversificar as cargas transportadas pelo modal ferroviário e duplicar o volume de carga geral, contribuindo para que o modal ferroviário saia dos atuais 15% para cerca de 40% ao longo dos próximos anos.

"Com a criação de quatro novos polos intermodais que interligarão a Região Sudeste, via ferrovia (Mooca, Lapa, Queimados e Igarapé), a empresa pretende duplicar o volume de carga geral (produtos industrializados, construção civil, siderúrgicos, agrícolas, entre outros) e multiplicar por sete vezes o volume transportado em contêineres. Se somarmos os investimentos obrigatórios com a renovação e os demais correntes da companhia para os próximos anos, até 2056, estima-se que a MRS realizará R\$ 31 bilhões em investimentos", informou.

Acesso ao Porto de Santos
Em 2021, a MRS transportou para o Porto de Santos (SP) 51 milhões de toneladas e estima ampliar esse volume para 109 milhões de toneladas até 2056. "Mais de R\$ 1 bilhão serão investidos em obras para garantir capacidade e atender ao aumento do volume esperado nos acessos ferroviários ao Porto de Santos", diz a MRS em comunicado.

REGIÃO SUDESTE

Aos 9 anos, DP World Santos planeja expansão e diversificação de cargas

Terminal avalia ampliar sua capacidade de movimentação de contêineres, para 1,6 milhão de TEU

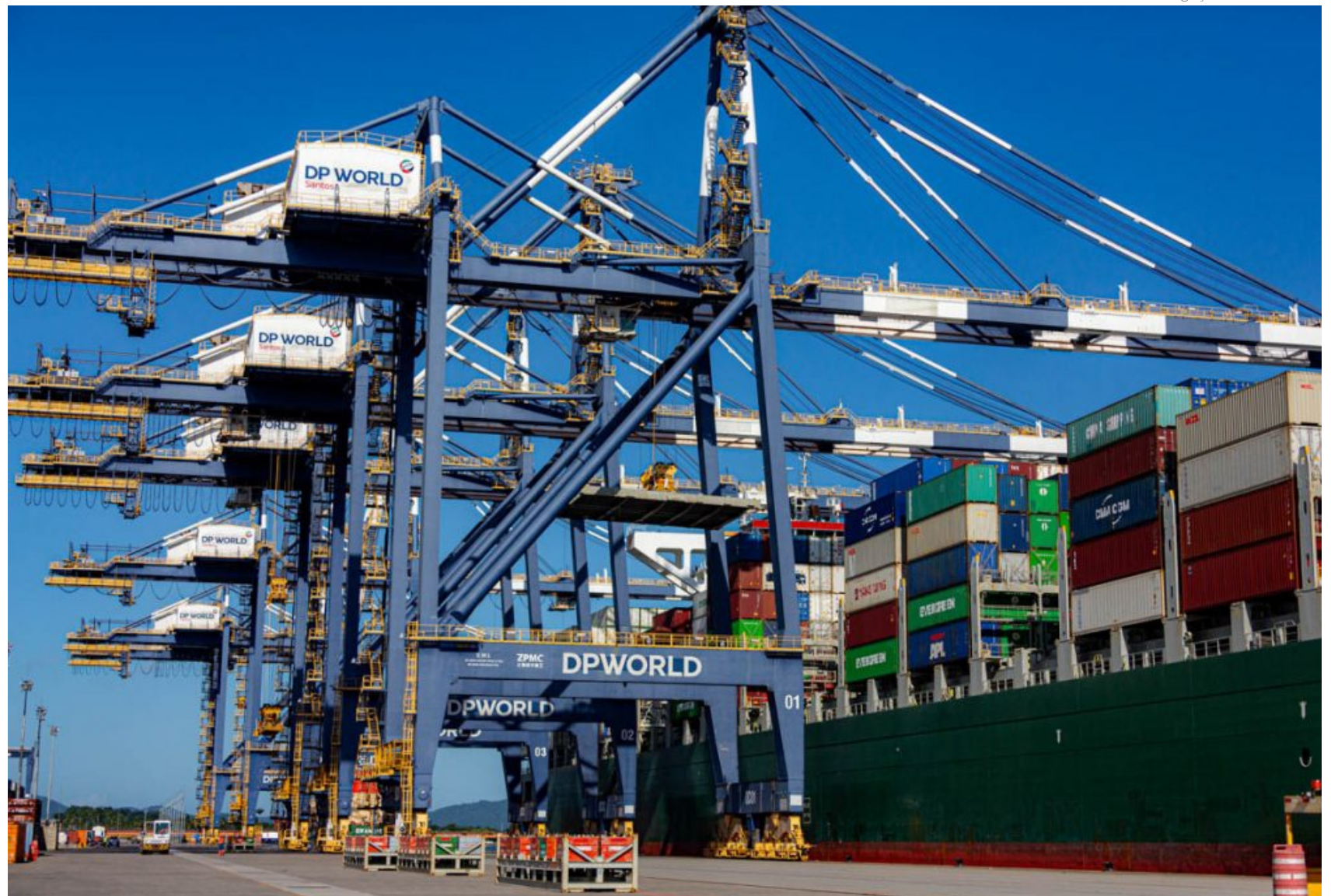
Divulgação/DPW Santos

BRUNO MERLIN
redacao@portalbenews.com.br

Um dos maiores e mais movimentados terminais portuários privados multipropósito do Brasil, a DP World Santos completou 9 anos de operações no último domingo, dia 3. Desde a atracação do navio Mercosul Manaus, que inaugurou as operações no empreendimento, os números evoluíram rapidamente. Em 2021, o terminal registrou 948 mil TEUs movimentados, um aumento de 12% em relação a 2020, e estima um "crescimento sustentável" de 2% a 4% para este ano. Em entrevista ao jornal BE News, o diretor-presidente Fabio Siccherino falou sobre os planos de expansão, de diversificação de cargas atendidas, sobre a eletrificação de equipamentos e avaliou as atuais políticas públicas com impacto no futuro do setor de infraestrutura.

Em preparação para as futuras demandas, a DP World Santos estuda o melhor aproveitamento para os mais de 130 mil metros quadrados que tem à disposição e deve colocar em prática projetos de expansão. "Entre os projetos que estão sendo avaliados merece destaque a possibilidade de expansão das nossas operações de carga containerizada, atingindo a capacidade operacional de 1,6 milhão de TEU em uma primeira etapa. Outros projetos também estão sendo considerados, em diferentes fases de avaliação, como a implantação de um terminal de grãos e fertilizantes", enfatizou Siccherino. Importante ressaltar que em 2020 foi implantado dentro do terminal a operação do maior e mais moderno complexo de celulose do Brasil, em parceria com a Suzano.

Em atendimento à agenda ESG, com ênfase nas melhores práticas ambientais, sociais e de governança, a DP World Santos está implantando um sistema de eletrificação de seus RTGs (guindastes sobre pneus). No próximo ano, 11 desses equipamentos serão eletrificados e, em uma segunda fase,



Terminal da Dubai Ports World Santos está localizado às margens do canal de navegação do Porto de Santos, na Área Continental da cidade

outros 10 deixarão de ser alimentados com geradores a diesel. "Entendemos que o ESG é uma resposta assertiva a uma sociedade que valoriza cada vez mais os negócios conscientes, sustentáveis e comprometidos com o respeito ao meio ambiente e com a preservação da saúde e bem-estar da população", observou Siccherino. Já a partir deste ano, informou o diretor-presidente, todos os equipamentos adquiridos pela DP World serão alimentados por energias renováveis.

Outro projeto destacado pelo executivo é o Aterro Zero.

"Há cerca de quatro meses nos tornamos o primeiro terminal portuário de Santos e do Brasil a não destinar resíduos para aterros sanitários. É um marco que ocorre dois anos antes do previsto pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos do Governo Federal, que vai eliminar os lixões no País", detalhou. A ação impacta positivamente na conservação e na racionalização de recursos minerais e energéticos e não gera novos passivos ambientais, o que ajuda a aumentar a vida útil dos aterros existentes no entorno do porto santista.

A DP World Santos tam-

bém vem realizando um trabalho importante para a equidade de gênero. O terminal contabiliza aproximadamente 200 mulheres entre seus profissionais, quantidade duas vezes maior à do início das operações, em 2013. "Elas estão presentes em praticamente todos os departamentos. Cerca de 60% delas estão em funções operacionais, que tradicionalmente eram ocupadas por homens. Por aqui, vemos mulheres operadoras de portêiner, RTG, ponte rolante, empilhadeiras de pequeno e grande porte e carretas, além de líderes de armazéns, vistoriadoras, conferentes de cargas, auxiliares de operações e técnicas de segurança do trabalho".

Questionado sobre sua visão a respeito da política de desestatização de várias das principais Autoridades Portuárias do País, como a de Santos, Siccherino classificou essa diretriz como "positiva" e disse que a desestatização da Santos

Port Authority, especificamente, precisa "focar em proporcionar acessos terrestres e aquaviários muito mais eficientes, para que o Porto de Santos se consolide como o principal hub portuário da costa leste da América do Sul e contemple a segurança jurídica e regulatória necessária".

Um país de dimensões como o Brasil, ressaltou o CEO, precisa de uma infraestrutura logística robusta para suportar o crescimento da nossa economia e aumentar a participação no comércio global, que hoje ainda está pouco acima de 1%. "O apetite de investidores estrangeiros manifestada no roadshow que o Governo Federal fez no início de maio pode ser um bom indicio de que o projeto é atraente. Porém, ainda há algumas questões que precisam ser melhor discutidas com o setor, permitindo que os benefícios sejam capturados pelo comércio exterior brasileiro e reduzindo o Custo Brasil", concluiu.

Divulgação/DPW Santos



Diretor-presidente da DPW Santos, Fabio Siccherino destaca planos para implantação de um terminal de grãos e fertilizantes na área da empresa no complexo santista

REGIÃO SUDESTE



Inscrições para o Porto Hack Santos se encerram no próximo dia 11

Segunda edição da maratona de inovação e tecnologia da ABTRA será realizada no final deste mês

Divulgação/ABTRA



Dez times farão uso de tecnologias para desenvolver soluções logísticas e prospectar novos modelos de negócio

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

A Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA) recebe, até o próximo dia 11, as inscrições para a 2ª edição da Porto Hack Santos. A maratona de inovação e tecnologia será realizada nos dias 30 e 31 deste mês, no Terminal Marítimo de Passageiros (Concais), em Outeirinhos, no Porto de Santos (SP). O objetivo, além de propor soluções para melhorar os processos logísticos e de comércio exterior, é aproximar a comunidade local do maior complexo portuário da América Latina.

Em paralelo à competição conhecida como "hackathon", a jornada promovida pela ABTRA envolverá toda uma programação dentro do projeto "Um porto para o futuro", organizada pelo Instituto AmiGU com base nos conceitos "inovação", "inclusão sociodigital" e "equidade de gênero".

"O hackathon vai unir a experiência dos competidores em desenvolver soluções comunitárias com base em tecnologias como 5G, Open APIs e Inteligência Artificial para encarar gargalos existentes nas atividades do porto e do comércio exterior", explicou o diretor-executivo da ABTRA,

Angelino Caputo.

Ao longo de 35 horas, dez times de cinco competidores farão uso dessas tecnologias para encarar dois desafios. Um deles é desenvolver soluções integrando terminais portuários, recintos alfandegados, praticagem, rebocadores, autoridade portuária e outros atores envolvidos no processo de entrada e saída de navios para otimizar a performance de suas ofertas de serviços ao comércio exterior, a partir do projeto de port community system. O outro é prospectar novos modelos de negócio com base tecnológica para melhorar a jornada de sucesso do cliente até o Porto de Santos. Vale ressaltar que esse segundo desafio será disputado exclusivamente por times femininos, sob mentoria e julgamento de mulheres especialistas na área.

Os times deverão ser multidisciplinares e formados por especialistas em: negócios (especialista do desafio); marketing/vendas; product owner/service design; desenvolvedor front end UX/UI; desenvolvedor back end; e desenvolvedor de tecnologias específicas (inteligência artificial, blockchain ou internet das coisas).

Para participar, é necessário ter 18 anos ou mais. As inscrições vão até o próximo dia 11 e devem ser feitas em <https://www.portohacksantos.com.br/>.

“

O HACKATHON VAI UNIR A EXPERIÊNCIA DOS COMPETIDORES EM DESENVOLVER SOLUÇÕES COMUNITÁRIAS COM BASE EM TECNOLOGIAS COMO 5G, OPEN APIS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA ENCARAR GARGALOS EXISTENTES NAS ATIVIDADES DO PORTO E DO COMÉRCIO EXTERIOR”

ANGELINO CAPUTO
diretor-executivo da ABTRA

Os competidores serão selecionados com base em seus currículos. O time campeão receberá R\$ 25 mil e apoio técnico e comercial para inserir a solução no mercado.

Um porto para o futuro

Ainda nos dias 30 e 31 de julho, o terminal Concais também será palco de um evento que pela primeira vez vai unir o debate sobre porto, comércio exterior e inovação.

"Outra novidade dessa grande jornada é que pelo menos 50% dos participantes em todas as atividades serão mulheres", adiantou o CEO do Instituto AmiGU, Marco Riveiros. "Teremos vários painéis com autoridades, executivos, trabalhadores portuários e dos setores logístico e de comércio exterior e estamos acertando com empresas parceiras para apresentarem suas tecnologias de última geração a cerca de 2 mil visitantes da comunidade local", explicou Riveiros.

A programação contará também com duas oficinas de

inclusão sociodigital voltadas a jovens que pretendem entrar no mercado portuário e no campo da tecnologia. Uma será voltada a menores aprendizes do Camps e a outra para alunas da Fatec. E o mais importante: a programação será gratuita e aberta à comunidade regional.

Confira a agenda completa e, para participar das atividades, inscreva-se em: <https://www.umportoparaofuturo.org.br/>.

Apoios e patrocínios

O Porto Hack Santos conta com os apoios institucionais da Santos Port Authority (SPA), do Ministério da Infraestrutura e da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH), como também do hub Mulheres no Comex, da associação MCIO Brasil, do Fórum Brasil Export, além dos reforços locais de todas as empresas associadas da ABTRA.

Serviço:

2ª EDIÇÃO DO PORTO HACK SANTOS

Data: 30 e 31 de julho de 2022

Local: Terminal Marítimo de Passageiros (Concais)

Armazém 25 Interno do Porto de Santos

Inscrições até 11 de julho pelo site

<https://www.portohacksantos.com.br/>

Programação: <https://www.umportoparaofuturo.org.br/>.

INTERNACIONAL

Ministro da Infraestrutura garante que privatização da Eletrobras não tem retorno

Em viagem a Madri, Marcelo Sampaio defendeu que as desestatizações trarão modernização e desenvolvimento

Divulgação/Minfra

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br



O ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, participou do Fórum América, organizado pela Europa Press, em Madri, na Espanha

O ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, afirmou que a privatização da Eletrobras é um "ganha-ganha" e um "caminho sem retorno" para o Brasil. A declaração ocorreu durante o Fórum América, realizado ontem pela Europa Press, no auditório do Estudio de Comunicación, em Madri, na Espanha.

"No próximo ano, independentemente do resultado eleitoral, os projetos continuarão adiante", disse o ministro, em defesa dos programas de privatizações e concessões em andamento do País. Na ocasião, Sampaio afirmou que o Brasil vive uma fase de oferta de oportunidades de negócios para a iniciativa privada e que a privatização da Eletrobras propiciará modernização e desenvolvimento, beneficiando a sociedade como um todo.

Considerada a maior empresa de energia elétrica da América Latina, a Eletrobras foi privatizada no último dia 9 de junho.

Segundo informações da Europa Press, o ministro, que relatou ter tido contato com várias empresas espanholas nesta semana, indicou que para

atrair investimentos são necessários marcos regulatórios adequados e boa estabilidade jurídica. "Na história do Brasil, sabemos que cumprimos os contratos", ressaltou, acrescentando que a intenção do Governo Federal é eliminar obstáculos e, no caso do setor ferroviário, dar mais liberdade e simplificar os procedimentos.

Nesse sentido, Sampaio destacou que, nos últimos seis meses, o Governo Federal recebeu pedidos de investimento que envolveriam a injeção de até R\$ 200 milhões.

Setor de energia

Em relação aos negócios no

setor de energia, Sampaio citou iniciativas sustentáveis como as relacionadas ao lítio nos estados de Minas Gerais e Bahia, ressaltando que a utilização desse material permitiria a substituição de veículos a combustão por carros elétricos em cerca de 15 ou 20 anos, no Brasil.

O ministro também destacou a relevância dos negócios espanhóis no setor energético, mencionando a Iberdrola e a Repsol como duas das principais empresas da nação europeia atuando no Brasil. Para isso, segundo Sampaio, influenciou o grande potencial do País neste setor, para o qual o

governo introduziu diversas mudanças regulatórias para avançar nessa agenda e buscar oportunidades para melhorar a sustentabilidade e permanecer comprometido com a agenda social.

Reequilibrando a matriz de transporte

Sampaio ressaltou ainda que a intenção do governo brasileiro, por meio do Ministério da Infraestrutura, nas próximas concessões de rodovias, aeroportos e outros ativos, é reequilibrar a matriz de transportes do País, que atualmente têm um grande peso no sistema rodoviário.

Dessa forma, o Governo Federal busca promover concessões no setor ferroviário e aeroportuário. Para esta segunda área, serão licitados 15 aeroportos em agosto, enquanto no setor ferroviário vários ativos serão oferecidos ao setor privado nos próximos seis meses.

Em ambos os setores, Sampaio garantiu que as companhias espanholas Aena e Acciona estão "muito bem posicionadas".

Além disso, o ministro indicou que o Executivo federal fará três concessões rodoviárias, uma entre os municípios mineiros de Belo Horizonte e Governador Valadares, e outros dois lotes no estado do Paraná, próximos a Curitiba, que visam facilitar acesso às áreas portuárias do País.

“
NO PRÓXIMO ANO,
INDEPENDENTEMENTE
DO RESULTADO
ELEITORAL,
OS PROJETOS
CONTINUARÃO
ADIANTE”

MARCELO SAMPAIO
Ministro da Infraestrutura

Uruguai anuncia plano de US\$ 3,3 bilhões para rodovias

Programa prevê construção de 642 quilômetros de estradas e 227 pontes

Da Redação
redacao@portalbenews.com.br

bilhões de dólares. O valor significa US\$ 700 milhões a mais do que os US\$ 2,6 bilhões inicialmente previstos no orçamento quinquenal. Caso se confirme esse investimento, será um valor recorde para o país.

O investimento total previsto é para os 7.692 quilômetros da rede rodoviária nacional, o que representa 81,1% da extensão total da rede, e inclui a execução de

642 novos quilômetros, a construção de 227 pontes, a eliminação total de vias nacionais de lastro, bem como o condicionamento do pavimento de acordo com a exigência da carga rodoviária transportada em 2.610 quilômetros em todo o país.

O ministro de Transporte e Obras Públicas, José Luis Falero, estima que as obras rodoviárias tenham uma duração entre sete a 10 anos, com o

compromisso pela qualidade, lembrando tratar-se de determinação do presidente Luis Lacalle Pou. "Vamos apostar em investir bem em obras de qualidade e temos feito isso".

A responsabilidade pela qualidade das obras rodoviárias e pela sua durabilidade "é partilhada entre o Estado e as empresas", pelo que afirmou existir um "forte compromisso". "Não queremos refazer rotas ou deixar rotas para o

próximo governo que precisam ser feitas novamente", disse Falero, referindo-se a uma obra viária que foi inaugurada em 2018 e que agora deve ser feita novamente.

O presidente Lacalle Pou - presente ao lançamento do plano afirmou que para o governo "o desespero não é a alocação de recursos econômicos", mas sim "é que as coisas sejam feitas e que sejam bem feitas".

O governo do Uruguai apresentou, nessa terça (5), o Plano Nacional de Infraestrutura Rodoviária quinquenal, através do qual serão investidos US\$ 3,3